

Novas comissões examinam salários e a Previdência

Os presidentes do Senado, Mauro Benevides (PMDB/CE) e da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB/RS) instalam hoje, às 17h, as duas primeiras grandes comissões de trabalho do Fórum Nacional de Debates. As comissões são mistas e vão tratar especificamente dos itens um e dois da lista de prioridade do Fórum: Relações Capital/Trabalho e Custeio e Benefícios da Previdência Social. Os dois temas já são objeto de projetos de lei do Executivo enviados à Câmara na semana passada e com prazo para deliberação de 45 dias (Regime de Urgência) em cada Casa. Cada comissão terá 38 parlamentares com a participação obrigatória dos líderes do Governo que serão indicados pelos partidos até o meio-dia.

Caberá à Câmara indicar o presidente e o relator da comissão que vai tratar das relações Capital/Trabalho e ao Senado, de Custeio e Benefícios da Previdência. Os projetos de Collor sobre os mesmos temas terão tramitação normal nas comissões permanentes das duas Casas, mas todas as discussões e acordos vão acontecer no Fórum de Debates. Os trabalhos, segundo o presidente do Senado, devem ser concommitantes. Benevides garantiu ontem que ele e Ibsen já se comprometeram a acelerar as discussões para cumprir os prazos. "Não queremos ser responsabilizados por protelar os projetos que o Governo elegeu como fundamentais para a governabilidade", disse.

O senador acredita que o Presidente da República quis substituir as medidas provisórias por outro instrumento com prazo mais dilatado. As MPs devem ser apreciadas em 30 dias e os projetos de lei em regime de urgência têm até 90 dias para serem encaminhados à sanção. "O Governo acelerou o envio dos projetos antes que o Fórum se organizasse mas nós também estamos acelerando a instalação das discussões", afirmou lembrando que houve coincidências quanto aos

temas e que nem por isso vão abrir mão de ouvir outros segmentos da sociedade sobre os assuntos em pauta.

Propostas — "É impossível qualquer proposta sobre as relações Capital/Trabalho, por exemplo, sem ouvir sindicatos e empresários", garantiu Benevides.

O presidente do Senado ainda não considera a possibilidade de suspender o recesso parlamentar de julho ou convocar o Congresso para analisar os projetos não apreciados antes de 30 de junho. Disse, porém, que o Fórum vai se ater à lista de prioridades estabelecidas pelas bancadas que não inclui, por exemplo, o Código de Propriedade Industrial, cuja proposta do Executivo que tem nada menos que 223 artigos. Além das relações entre Capital e Trabalho que inclui Política Salarial e da Previdência, o Fórum deverá formar comissões para discussões de seis outros itens como Reforma Tributária, Transferência de Tecnologia, Política Portuária, Aluguéis e Sistema Financeiro de Habitação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Lei Eleitoral e Partidária, nesta ordem.

A maior preocupação do presidente do Senado, no entanto, é com a Comissão Mista de Orçamento. Ele informou que o relator da Comissão que está estudando novas normas de composição da Comissão Mista Genésio Bernardino (PMDB/MG), vice-presidente da Câmara, já recebeu 75 emendas que deverão ser analisadas ainda nesta semana. "Deixei de ir ao Rio para uma reunião do meu partido por causa disso", informou. A Comissão Mista de Orçamento é que vai apreciar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o único projeto que, sem deliberação, pode impedir o recesso parlamentar. Quanto à insistência do Governo de não indexar mais de um salário mínimo, Benevides acredita que é apenas "comportamento tático". Na MP 195 conseguimos negociar e não houve vetos".